



APRESENTAÇÃO – DOSSIÊ: PODER E GÊNERO NAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Felipe Azevedo Cazetta¹

A década de 2010 se encerra com o crescimento dos populismos de direita, e o forte caráter extremista é um aspecto saliente. A perseguição a valores progressistas, ou mesmo pautas que dialoguem com os Direitos Humanos, pressiona pela necessidade de uso do conceito de política de forma permanente, atuante, militante, engajada, mantendo a coerência e a seriedade. É entender que o fazer História (como quem escreve e como quem faz) é inevitavelmente permeado por ideologias, e a neutralidade é a utopia dos tolos, ou daqueles que camuflam as posições já tomadas – geralmente do lado hegemônico.

Assim, a política não deve ser vista como terreno restrito aos assuntos institucionais, ou elitistas, pois esse é masculina, eurocêntrica, falocêntrica, remetendo a um histórico de dominação colonial e imperialista e, por isso, obsoleta. Porém, embora decadentes, as estruturas dominantes não falecem em silêncio, mas reagem com violência que é típica dos grupos em hemorragia de poder. Assim, política e poder devem fugir das esferas restritamente partidárias e factuais. Uma vez tributária da sociologia, psicologia, direito público, psicanálise, linguística, matemática, informática, como afirma René Remond (1997, p. 29), a História Política tem a obrigação de se fazer plural, compreendendo os fenômenos ações coletivos como organizações extra-partidárias e movimentos sociais, sem esquecer das ações subjetivas e identitárias que marcam a pós-modernidade.

Por outro lado, não se deve ignorar que o aparato repressivo estatal existe, e continua vigorosamente utilizado como instrumento normatizador e regulador sendo, portanto, nas palavras de Mbembe, um mecanismo de instrumentalização da vida humana e destruição (literal e metafórica) de corpos humanos e populações que não se encaixam (MBEMBE, 2018, p. 10-11). O nacionalismo oficial se torna imperativo na contemporaneidade, torna o grupo hegemônico o modelo inalcançado do retrato esperado para o país. Revelador, portanto, do descompasso entre o país legal e o país real na fala do ex-ministro da Educação Abraham

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. E-mail: felipecazetta@yahoo.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2110-7531>.

Weintraub, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020: “Esse país não é... odeio o termo 'povos indígenas', odeio esse termo. Odeio. O 'povo cigano'. Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré...”. Implicitamente se reforçou ali a imagem de um povo existente apenas de forma ideal, avessa à materialidade e a existência física e concreta de populações marginalizadas, excluídas, despidas de direitos básicos e fundamentais. Na ótica apresentada pelo ex-ministro, as minorias devem se incorporar, perdendo a identidade que lhes são definidoras ou, inevitavelmente, serão exterminadas. Dominação e/ou extermínio são as únicas escolhas permitidas àqueles externos às instâncias de decisão política em um Estado repressivo e tomado por grupos de elite despidos de representação popular.

Tal discurso afeta grupos distintos que tem como divisor comum tão somente o ícone da exclusão e da indiferença: mulheres, gays e trans; índios, retirantes, posseiros. Na lógica estreita e dicotômica dos integrantes de um Estado excludente, para somente assim construir a nação ideal, tal diversidade e pluralidade, típica das democracias saudáveis, estão desamparadas, exiladas dentro do próprio país, por não serem aceitas e incluídas ao que se espera ser “um povo nesse país”.

O dossiê “Poder e Gênero nas relações políticas” repercute as distorções e desproporcionalidades nos arranjos de poder, forçando grupos não-hegemônicos a elaborarem mecanismos e estratégias alternativos de atuação e manifestação não apenas de presença, mas de existência política e física. Tal preocupação é uma regularidade na revista *Caminhos da História*, conforme podemos visualizar em seus números anteriores, por exemplo, através das aproximações políticas entre América Latina e China no contexto da Guerra Fria (como no artigo de Maria Strabucchi, 2016) ou nos debates sobre intolerância e preconceito através da visão de intelectuais brasileiros da década de 1930 (Costa Filho, 2017).

Com o intuito de manifestar e repercutir esse objetivo, o atual dossiê sublinha temáticas sensíveis com relação às manifestações de poder. A decolonialidade como estratégia para romper com o modelo tradicional de historiografia, é uma das abordagens trabalhadas por Ana Paula Jardim Afonso. Em seu artigo se ressalta a importância de se combater a historiografia eurocêntrica que legitima o discurso e a narrativa do colonizador, e assim, se eleva em importância o papel das ações políticas decorrentes do “terrorismo de gênero”.

Carlos António Aguirre Rojas retoma o conceito de *economia moral* de E. P. Thompson, inicialmente lançado em *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Nesta obra, o autor inglês buscava evidenciar a maneira de reagir às transformações impostas pela modernização e pelo capitalismo, através da associação entre tradição, identidade e as

novidades que eram inseridas ao cotidiano do operariado em vias de formação. De maneira original Aguirre Rojas busca o emprego do conceito na América Latina, seja através do Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, com os indígenas neozapatistas mexicanos na Marcha del Color de la Tierra em 2001, ou pelos bloqueios e a paralização em diversas cidades estratégicas da Bolívia.

De maneira correlata, está o artigo “Um debate sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo entre os anos de 1948 e 1964”, de Rafael Sandrin. Neste, há a análise das formas de atuação do partido de Luiz Carlos Prestes contra a violência do latifúndio durante o período democrático anterior ao Golpe Militar. Através do periódico “Terra Livre”, Sandrin percebe o esforço por mobilizar os trabalhadores agrários em torno de direitos já garantidos ao operariado, como, por exemplo, o acesso ao décimo terceiro salário. Deste modo, é abordado dentro do recorte de 1948 a 1964, temática sensível e contemporânea, ainda não resolvida no século XXI no Brasil.

A desigualdade de renda e das formas de subsistência tornam a violência meio de reação, e o crime como elemento marcante da institucionalização dos desníveis de acesso aos direitos, políticas públicas e acesso a renda. Em locais onde o Estado se manifesta de maneira negligente e atribui suas responsabilidades a iniciativa particular, há o espaço para a disputa do poder, conquistado por aquele que tem maiores recursos e potencial de manifestação da força e da violência em suas mais variadas configurações. Deste modo, Rejane Meirelles Amaral Rodrigues apresenta a trajetória do fazendeiro sertanejo marcado por essas disputas em “Literatura e banditismo social: Antônio Dó retratado por Saul Martins e Petrônio Braz”.

Por fim, Yôkissya Coelho e Monalisa Pavonne Oliveira fazem o rastreamento familiar e trajetória política de mulheres na política. Dentro da metodologia prosopográfica, o artigo “O perfil social de mulheres eleitas em Roraima (2014–2016)” se vincula a História do Tempo Presente. Portanto, tem como proposta detectar a possibilidade de ascensão social das mulheres na e pela política institucional em diferentes colorações políticas. No entanto, é ressaltada a participação das teias familiares no processo de criação do capital político para lançamento de campanhas eleitorais. Dentro dessa dinâmica familiar, o poder político se mantém limitado a determinados grupos.

Deste modo, encerramos o dossiê ancorado na atuação política em seus mais diferentes cenários e configurações. A proposta dos artigos, por mais diversas que possam parecer, tem como elemento unitário o anseio por manifestar o descontentamento através do registro, análise e investigação das desigualdades e suas marcas em seus diversos níveis sociais e econômicos, sendo manifestos desde a luta por terra, até no esforço por

reconhecimento identitário subjetivo. Torcemos, que diante da conjuntura pessimista, possamos despertar o otimismo na ação e superação do conservadorismo, do reacionarismo e do proto-fascismo que germina em terreno fértil.

Referências bibliográficas

- COSTA FILHO, Cícero João. 'Raízes raciais' do Projeto integralista (nacional) de Gustavo Barroso: o preconceito, a intolerância e o racismo para com a figura do judeu no Brasil da década 1930. **Revista Caminhos de História**, v.22, nº2, jul/dez, 2017, PPGH, Unimontes.
- MBEMBE, Achile. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n1 edições, 2018.
- MONTT STRABUCCHI, Maria. Writing about China' Latin American Travelogues during the Cold War: Bernardo Kordon's '600 millones y uno' (1958), and Luis Oyarzún's 'Diario de Oriente, Unión Soviética, China e India' (1960). **Revista Caminhos da História**, vol. 21, no. 1, jan/jun., p. 93–124, 2016, PPGH, Unimontes.
- REMOND, René. Uma história presente. In. REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 1997.